

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.402.320 - PR (2018/0309576-4)

AGRAVANTE : ITAU UNIBANCO S.A
ADVOGADO : EVARISTO ARAGÃO FERREIRA DOS SANTOS E
OUTRO(S) - PR024498
AGRAVANTE : CASTRO JUNIOR - SOCIEDADE DE ADVOGADOS
ADVOGADOS : ADILSON DE CASTRO JUNIOR - PR018435
MARINA FREIBERGER NEIVA BARSCH E OUTRO(S) -
PR042226
MAÍRA KAROLINE IURCK VOSGERAU - PR056419
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
ADVOGADOS : LUCIANE LEIRIA TANIGUCHI - PR025852
CLAUDIO MARCELO RODRIGUES IAREMA - PR046220

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pelo ITAÚ UNIBANCO S.A, contra decisão que inadmitiu o recurso especial fundado no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, objetivando reformar o acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim ementado:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 535 DO CPC.
HIPÓTESES DE CABIMENTO. INEXISTÊNCIA.
PREQUESTIONAMENTO. DESNECESSIDADE. HONORÁRIOS
ADVOCATÍCIOS FIXADOS SEGUNDO ART. 20, § 4º DO CPC.
INAPLICABILIDADE DO § 3º NO QUE TANGE À LIMITAÇÃO EM
PERCENTUAL DO VALOR DA CAUSA. PEDIDO DE
SOBRESTAMENTO. IMPOSSIBILIDADE.

Recursos rejeitados.

Na origem, trata-se de execução fiscal que objetiva a cobrança de ISS sobre operações de arrendamento mercantil. O valor da causa, em fevereiro de 2008, era de R\$ 659.323,49 (seiscentos e cinquenta e nove mil, trezentos e vinte e três reais e quarenta e nove centavos).

O juízo de piso, ao julgar os embargos à execução fiscal, reconheceu a legalidade e a constitucionalidade da cobrança de ISS sobre operações de arrendamento mercantil, bem como a legitimidade ativa do ente exequente. Entretanto, reduziu a multa aplicada em virtude do não recolhimento do imposto no tempo devido. Na ocasião, diante da sucumbência recíproca, impôs, respectivamente ao Município exequente e ao Embargante/Executado, o pagamento de R\$ 1.000,00 (mil reais) e R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), a título de honorários advocatícios sucumbenciais.

O tribunal *a quo* reformou a sentença para reconhecer que o ente tributante não detém competência para a cobrança do ISS no caso concreto,

ocasião em que, em razão da sucumbência do Município de Ponta Grossa, o condenou ao pagamento integral das custas e despesas processuais, bem como aos honorários advocatícios, arbitrados em R\$ 3.000,00 (três mil reais), nos termos do art. 20, § 4º do CPC.

Os embargos de declaração interpostos foram improvidos.

No recurso especial, o contribuinte recorrente aponta violação ao art. 20, §§ 3º e 4º do CPC/1973.

Sustenta, em síntese, que os honorários foram fixados em percentual irrisório, motivo pelo qual pleiteia sua majoração.

Aponta dissídio jurisprudencial.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

O recurso especial foi inadmitido com base no óbice da Súmula 7/STJ.

No presente agravo, o recorrente apresenta argumentos objetivando rebater os fundamentos apresentados pelo julgador.

É o relatório. Decido.

Considerando que o agravante, além de atender aos demais pressupostos de admissibilidade deste agravo, logrou impugnar a fundamentação da decisão agravada, passo ao exame do recurso especial interposto.

Verifica-se que a irresignação do recorrente, acerca do *quantum* fixado a título de honorários advocatícios, vai de encontro às convicções do julgador a quo que, com lastro no conjunto probatório constante dos autos, assim decidiu: *"Em razão da sucumbência, condeno o Município de Ponta Grossa ao pagamento integral das custas e despesas processuais, bem como aos honorários advocatícios, arbitrados em R\$ 3.000,00 (três mil reais), nos termos do art. 20, § 4º do CPC"* (fl. 360) e *"Quanto aos Embargos de Declaração opostos por Banco Itaú S/A, vale observar que o acórdão expressamente fez referência ao disposto no art. 20, § 4º do CPC, para a fixação dos honorários (fls. 331), segundo o qual, deve ser observada a dedicação do profissional, o lugar onde foram prestados os serviços, a importância e complexidade da causa, o trabalho realizado e o tempo despendido pelo advogado, sem limitação em percentual sobre o valor da causa (matéria prevista no § 3º do art. 20 do CPC, que não foi utilizado para o caso)"*. (fl. 403).

Dessa forma, para rever tal posição e interpretar os dispositivos legais indicados como violados, seria necessário o reexame desses mesmos elementos fático-probatórios, o que é vedado no âmbito estreito do recurso especial. Incide na hipótese a Súmula n. 7/STJ.

Nesse sentido, destacam-se:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. OMISSÃO. TESE QUE PUGNA SUA REDUÇÃO. SÚMULA 7/STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS SEM EFEITO MODIFICATIVO.

1. Com relação aos honorários advocatícios, o STJ pacificou a orientação de que o seu quantum, em razão da sucumbência processual, está sujeito a critérios de valoração previstos na lei processual, e sua fixação é ato próprio dos juízos das instâncias ordinárias, às quais competem a cognição e a consideração das situações de natureza fática. Aplicação da Súmula 7 do STJ.

2. Embargos de declaração acolhidos para sanar omissão, sem efeito modificativo.

(EDcl no AgInt no AgInt no AREsp 956.061/DF, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/8/2018, DJe 24/8/2018.)

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 20, § 4º, DO CPC/73. VALOR. REEXAME. SÚMULA N. 7/STJ. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. SIMPLES UTILIZAÇÃO DE RECURSO. NÃO OCORRÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS. ART. 85, § 11, DO CPC. MESMO GRAU DE JURISDIÇÃO. NÃO APLICAÇÃO. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. A revisão dos honorários advocatícios fixados por equidade, nos termos do artigo 20, § 4º, do revogado Código de Processo Civil, não é admissível na estreita via do recurso especial, porquanto decididos com base nos elementos informativos do processo, cujo reexame encontra as disposições do verbete n. 7 da Súmula desta Corte.

2. A simples utilização de instrumento processual previsto no ordenamento jurídico pátrio não importa, por si só, em litigância de má-fé.

3. Os honorários devidos na fase de recurso especial compreendem a remuneração de todo o trabalho advocatício nesta etapa, inclusive eventual agravo interno que se faça necessário para que o recurso chegue ao conhecimento do colegiado naturalmente competente, a Turma. Não cabe, portanto, majorar os honorários, com base no art. 85, § 11, do CPC/2015, em razão da interposição de agravo interno. Atitudes eventualmente procrastinatórias são passíveis de sanção processual própria, inconfundível com o escopo dos honorários de sucumbência (CPC/2015, art. 80, §12).

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 788.432/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 4/10/2016, DJe 11/10/2016.)

Quanto à alegada divergência jurisprudencial, verifico que a incidência do óbice sumular n. 7/STJ impede o exame do dissídio, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados.

Nesse sentido, destaco:

ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. HEPATITE C. INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL E

MORAL. AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SÚMULA 7/STJ.

1. O Tribunal a quo, procedendo com amparo nos elementos de convicção dos autos, entendeu que não há nexo causal entre a conduta dos agentes públicos e os danos sofridos pelos ora agravantes, e que estes não trouxeram provas para corroborar o que alegou.

2. Não é cabível em Recurso Especial o exame de questões que demandam o revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, em vista do óbice da Súmula 7 do STJ.

3. A incidência da Súmula 7/STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução à causa a Corte de origem.

4. Agravo Interno não provido.

(AgInt no REsp n. 1.612.647/RJ, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 16/2/2017, DJe 7/3/2017.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO RESCISÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA DA AUTORA.

1. A reforma do acórdão recorrido, no sentido de se entender pela falsidade da prova pericial, da existência de documento novo e da ocorrência de erro de fato, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, prática vedada pela Súmula 7/STJ.

2. A incidência da Súmula 7 do STJ impede o exame do dissídio, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução a causa a Corte de origem.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp n. 638.513/SP, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 9/3/2017, DJe 15/3/2017.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de março de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator